

Foto: Beatriz Machado de Campos Corrêa Silva/Divulgação

Cana amarga

Pesquisa de doutorado revela que um terço dos trabalhadores rurais dos canaviais da RMC sofre de transtornos mentais



Trabalhador aplica herbicida em lavoura de cana na região de Campinas: carga de radiação solar ultravioleta três vezes acima do limite recomendado e riscos contínuos de contaminação química

ADRIANA VILAR DE MENEZES
adrivm@unicamp.br

Para cumprir uma meta de 8 a 12 toneladas de cana-de-açúcar cortadas por dia, um trabalhador rural precisa executar, em média, 130 mil golpes de foice e caminhar nove quilômetros. Essa rotina, comum até poucos anos atrás, levava muitos cortadores de cana a morrerem no campo por exaustão e desidratação. Mas, com a mecanização das lavouras, decorrente da legislação ambiental paulista de 2007 que proibiu as queimadas, o setor sucroalcooleiro passou por grandes transformações. O uso da força de trabalho manual no estado caiu entre 72% e 90% entre 2008 e 2020, o que foi acompanhado por uma redução de 69% nos registros de acidentes de trabalho. A moderna agroindústria produtora de etanol e açúcar, o segundo maior negócio agrícola do Brasil, logo se valeu da narrativa de que aquela forma de trabalho análoga à escravidão havia acabado. Mas não foi esse o cenário encontrado pela fisioterapeuta Beatriz Machado de Campos Corrêa Silva ao ir a campo em sua pesquisa de doutorado pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp.

Silva se deparou com outras formas invisibilizadas de precarização do trabalho, que submetem o trabalhador a jornadas exaustivas, isolamento, exposição a agrotóxicos e, especialmente, sofrimento psíquico. O resultado da pesquisa apontou que cerca de um terço dos trabalhadores rurais dos canaviais – conhecidos no passado como “boias-frias” – sofre de transtornos mentais, o que corresponde a mais que o dobro do índice geral de afastamento do trabalho pelo INSS pela mesma causa (13%).

Orientada pelo professor da FCM Sérgio Roberto de Lucca, a tese foi defendida no âmbito do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da FCM. “Fizemos uma associação da fadiga com o transtorno mental, pela Escala de Avaliação da Fadiga de Yoshitake. Essa é uma questão importante, mas há um estigma acerca dos transtornos mentais, e nós mostramos que existe esse sofrimento dos trabalhadores rurais”, afirma De Lucca.

“A propaganda feita pelas empresas é de que tudo melhorou com a mecanização. Mas não foi essa realidade que nós presenciamos”, revela Silva, que entrevistou 100 trabalhadores rurais da Região Metropolitana de Campinas (RMC), sendo 86 homens e 14 mulheres, nas funções de operadores de colheitadeira, motoristas de caminhão e diaristas.

Os diaristas fazem a coleta manual da cana que cai do caminhão, aplicam agrotóxicos e cortam a cana onde a máquina não alcança. A remuneração dessa mão de obra deixou de ser por produtividade e passou a ser por salário mensal, com uma folga semanal. O setor de corte e cultivo de cana-de-açúcar em São Paulo ainda emprega cerca de 30 mil pessoas, e a RMC concentra 72% da área de lavoura de cana do estado.

Foto: Divulgação



A fisioterapeuta Beatriz Machado de Campos Corrêa Silva, autora do estudo: pesquisadora identificou novas formas de precarização

Riscos à saúde

As máquinas não substituíram totalmente o trabalho manual. Os diaristas, homens e mulheres, carregam bombas pesadas com herbicidas e andam longos percursos por terrenos irregulares, expostos ao sol e a chuvas. Eles recebem doses de radiação solar ultravioleta até três vezes superiores aos limites recomendados. “Apesar de utilizarem as roupas de proteção, eles transpiram muito. Depois que param para almoçar, voltam a vestir a mesma roupa molhada de suor ou de agrotóxico.” Há, portanto, sobrecarga térmica e física, riscos ergonômicos e fatores ambientais e químicos.

A tese evidencia o forte contraste entre as condições do trabalhador da cana e a modernização e expansão econômica do setor sucroalcooleiro – o Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. “Há em torno da tecnologia todo um fetiche de que ela veio para melhorar o trabalho, mas tem um outro lado que são novos riscos e novas morfologias do trabalho”, diz De Lucca.

Impressionada com a ausência de inspeção e a falta de cuidado para evitar a contaminação, a pesquisadora também ficou impactada com o isolamento dos trabalhadores, que executam as tarefas em locais distantes, de difícil comunicação, o que contribui para um quadro de desgaste físico e sofrimento psicossocial. O próprio Ministério Público do Trabalho (MPT) tem dificuldade de acessar os locais que deveria fiscalizar. “Fica fácil para a empresa esconder. O isolamento destrói a rede de proteção, e o trabalhador fica desprotegido.”

Portas fechadas

Para chegar aos trabalhadores, a pesquisadora primeiro fez contato com mais de 80 usinas paulistas, das quais ouviu repetidos “nãos”. Ela só conseguiu entrar nas usinas graças à ajuda da Procuradoria do MPT de Campinas, da Auditoria Fiscal do Trabalho, do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest, de Piracicaba) e do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas. Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), o estado possui 124 usinas operantes e responde por cerca de 60% da produção nacional de cana, açúcar e álcool.

“Fazíamos contato com as usinas pela área de recursos humanos ou pelo departamento médico. Mas quando chegávamos ao departamento jurídico, éramos bloqueados. Eles não queriam mostrar a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores”, lembra Silva, que realizou as entrevistas à revelia das empresas.

Entre os 100 entrevistados, 30% nunca frequentaram a escola, 55% têm ensino fundamental e 10% frequentaram o ensino médio. Com baixa escolaridade, seguiram a atividade dos pais. Grande parte trabalha desde criança e hoje tem em média 40 anos. As 20 perguntas do questionário aplicado precisaram ser lidas pela pesquisadora para muitos trabalhadores.

Subnotificação

Silva também constatou a existência de subnotificação de acidentes por razões diversas, entre as quais a distância e o isolamento do trabalhador. Soma-se a elas o próprio entendimento sobre o que é um acidente. “Para alguns canavieiros, uma picada de cobra não é um acidente.”

O medo de perder o emprego é outro fator que contribui para a subnotificação. Os trabalhadores normalizam o sofrimento e escondem os sintomas. De acordo com Silva, a naturalização também ocorre porque muitos não têm a percepção do que é transtorno psíquico. “A questão de sofrimento mental é muito nova para eles. O próprio sindicato estava mais preso ao sofrimento físico ou aos acidentes, como os recorrentes casos de mutilação.”

Neta de imigrantes italianos, ela mesma teve um caso de mutilação na família. Seu bisavô, que foi trabalhar na lavoura da cana quando chegou ao Brasil, no início do século 20, caiu de uma carroça e perdeu uma perna. Silva dedicou a sua tese aos bisavôs imigrantes.

Sua expectativa é de que os resultados da pesquisa subsidiem a elaboração de políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador rural. Ela acredita que as ações devem abranger saúde, trabalho, meio ambiente e justiça social. Também defende que sejam incorporados fadiga, sofrimento psíquico e riscos psicossociais à atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-01) do Ministério do Trabalho.

Foto: Antoninho Perri



O professor Sérgio Roberto de Lucca, orientador da pesquisa: especialista em Saúde Coletiva alerta para o fetiche da tecnologia